

Ao falar sobre falhas no anteprojeto projeto de Reforma do Ensino Superior, o presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Edson Nunes, disse que o governo federal não tem condições de reconhecer, de forma adequada, os cursos de graduação. Segundo ele, a proposta deveria conter formas de colaboração do MEC com Conselhos Estaduais ou Secretarias de Educação para fazer a avaliação.

"O sistema está muito grande para o governo federal dar conta. Ele não pode ficar renovando reconhecimento de 18 mil cursos. Se imaginamos que o reconhecimento médio de um curso é de três anos, isto dá seis mil cursos por ano. Ou seja, cerca de mais de 100 por dia útil. Ou seja, é o sistema não dá conta desta magnitude de cursos", ressalta Edson Nunes.

O conselheiro fez uma avaliação crítica sobre o anteprojeto e lamentou o excesso de regulamentação em torno do setor privado. Para o educador, não se pode exigir que as particulares estabeleçam o que seria o padrão de qualidade, pois trata-se de uma atribuição do setor público.

"A lei organiza algumas questões regulatórias para o setor privado e tenta saldar algumas dívidas com o setor público, através da discussão de sua autonomia e de um aporte de recursos financeiros que não está assegurado. Não é uma reforma universitária e sim uma revisita a itens da LDB."

O conselheiro do CNE criticou ainda o que chamou de retórica fantasmagórica do governo em relação à atuação das instituições privadas de ensino superior. Ele considera que o estado deveria tratar as instituições como um setor econômico. "Deveríamos manter relações mais maduras com o setor privado e não estabelecer um excesso de regulamentação. E quem disse que toda universidade tem que fazer pesquisa? Ou seja, há uma modelagem que regula demais as mantidas", questiona Edson Nunes, para quem o anteprojeto também limita a diversidade do ensino superior no país.

"O projeto estabelece quatro tipos: as universidades, faculdades, centros universitários e faculdades integradas. Temos cerca de 2 mil instituições que, segundo o governo, têm que ter a mesma cara. O sistema estará engessado antes mesmo de a sociedade experimentar novas alternativas", assinala.